

Reorganização Curricular da Escola Estadual Heronides Araújo: Articulação Entre o Ensino Médio e a Educação Profissionalizante

Curricular Reorganization of the State School Heronides Araújo: Articulation between High School and Vocational Education

Camila Rodrigues Viana Ferreira^a; Laura Isabel Marques V. de Almeida^{b*}; Marta Maria Gama^{ab}

^aFaculdade Cathedral. MT, Brasil.

^bUniversidade de Cuiabá, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino. MT, Brasil.

*E-mail: lauraisabelvasc@hotmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a articulação das práticas pedagógicas decorrentes da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Médio da Escola Estadual Heronides Araújo e sua articulação com o Centro de Educação Profissional e Tecnológica – CEPROTEC. O embasamento dessa articulação é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº. 9394/96 e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, desenvolvido por meio da pesquisa de campo, com abordagem metodológica qualitativa. O estudo aponta que apesar da possibilidade de integração entre a formação básica do estudante e a formação profissionalizante, a política de educação profissional ainda processa-se mediante programas focais e contingentes numa travessia marcada por intensos conflitos e no terreno da contradição.

Palavras-chave: Educação Profissionalizante. Ensino Médio. Práticas Pedagógicas. Escola Estadual Heronides Araújo.

Abstract

This article aims to analyze the articulation of pedagogical practices arising out of the National Curricular Matrix for High school of Heronides Araújo State School and its articulation with the Center of Vocational and Technological Education - CEPROTEC. The basis of this articulation is the Education Guidelines and Bases Law (LDB) number 9394/96 and the National Curricular Guidelines of the High School education, developed by means of field research, with a qualitative methodological approach. The study points out that despite the possibility of integration between the student's basic formation and the vocational training policy, vocational education is still processed through focal and uncertain programs in a journey marked by intense conflict and on the ground of contradiction.

Keywords: Vocational Education. High School. Pedagogical Practices. Heronides Araújo State School.

1 Introdução

Este trabalho é resultado de uma Pesquisa de Campo desenvolvida na Escola Estadual Heronides Araújo, no município de Barra do Graças/MT. Sabe-se que o enfoque atual dado à educação na sociedade brasileira tem proporcionado discussões que transitam entre a concorrência, no que diz respeito ao mercado de trabalho, tanto quanto para a formação da cidadania social.

As reflexões arroladas neste estudo têm como objetivo analisar a articulação das práticas pedagógicas decorrentes da Matriz Curricular Nacional para o Ensino Médio da Escola Estadual Heronides Araújo no ano de 2004. A referida articulação foi pensada a partir do local¹ de funcionamento do Centro de Educação Profissional e Tecnológica – CEPROTEC².

A propositura era ofertar uma educação de ensino profissionalizante aos alunos da escola e, ao mesmo tempo, proporcionar a eles a possibilidade de ingressar no mercado de trabalho em condições de igualdade. A partir da escolha dessa

temática foi elencada a questão norteadora da pesquisa: Como ocorreu o processo de reorganização curricular da Escola Heronides Araújo no que tange à proposta de articulação entre o Ensino Médio e a Educação Profissionalizante que teve início em 2004?

Para responder o problema de pesquisa se fez necessário ampliação de conceitos baseados nas reflexões teóricas de autores, como: Ciavatta (2005), Ferreira (1993), Frigotto, Ciavata e Ramos (2005), Kuenzer (2002) e Lopes (2002). Os estudiosos discutem e refletem sobre aspectos educacionais, que contribuem para melhor definição das Diretrizes e seu direcionamento para a solução de problemas práticos relacionados aos aspectos educacionais presentes neste estudo.

A sociedade brasileira desde os anos que antecedem o ano de 2004 vem experimentando uma série de alterações no que tange a base demográfica (envelhecimento da população, urbanização acelerada, unidades familiares presididas por mulheres, redução da mortalidade infantil, etc.), até o processo de desconcentração industrial, com formação de novos polos

1 O prédio do CEPROTEC foi construído no terreno cedido pela Escola, tendo como contrapartida a parceria.

2 Centro Estadual de Educação Profissional Tecnológica de Mato Grosso.

fora do eixo Centro-sul do território brasileiro.

Há que se destacar, também, a transição democrática operada pela população brasileira e suas elites. O Brasil passou de um processo autoritário civil e militar com forte centralização decisória e concentração de competências no poder Executivo da União em detrimento dos demais entes federados (Estados e Municípios), para uma democracia com forte ênfase constitucional. Com a Constituição Federal de 1988, direitos e garantias fundamentais individuais e coletivos, direitos sociais e contenção do poder do Estado pela cidadania foram assegurados à população brasileira.

Dentro deste quadro esboçado aqui, em linhas gerais, um conjunto determinante de transformações se refere à educação. A urbanização contribuiu para a ampliação progressiva da cobertura na Educação Básica (Educação Infantil, Fundamental e Médio), embora em um ritmo lento, inercial e com gravíssimos problemas de evasão, de repetência, de merenda, dentre outros. A redemocratização do país e a dinâmica de crescimento do Terceiro Setor por meio de movimentos sociais impuseram às escolas da rede pública um novo papel social. Além dos aspectos pedagógicos, administrativos e em se comportar como um dos principais agentes de socialização e arenas importantes nas quais ocorre o embate entre os vários grupos sociais em busca de legitimidade e poder. Entretanto, as expectativas de mudanças, no setor educacional, desde o processo de redemocratização do país, não têm se concretizado.

Os estudiosos, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), afirmam que mesmo com toda a promessa de mudança com eleição do presidente Lula em 2002, o princípio da educação pautada nos direitos inscritos na Constituição Federal de 1988 não se cumpriu. Houve de fato um conhecimento maior sobre as contradições, os desafios e as possibilidades da educação profissionalizante, porém o engajamento das políticas públicas deixou a desejar.

Nesse intenso processo de modernização no país, o Ensino Médio tem ainda um importante papel a desempenhar. Sua expansão pode ser vista como um poderoso fator de formação para a cidadania e qualificação profissional. No caso brasileiro, é particularmente preocupante o reduzido acesso ao Ensino Médio, muito menor que nos países Latino-americanos em desenvolvimento, embora as estatísticas demonstrem que os concluintes do Ensino Fundamental começam a chegar à terceira etapa da Educação Básica em número pouco maior, a cada ano.

Partindo desse pressuposto, os autores afirmam que a proposta anunciada pelo Ministério da Educação/MEC durante o governo Lula, o qual tinha como pilar a reconstrução de uma educação por meio de políticas públicas, a fim de corrigir distorções de conceitos e de práticas decorrentes de medidas adotadas pelo governo anterior, que de maneira explícita dissociaram a educação profissional da educação básica, aligeirou a formação técnica em módulos dissociados

e estanques, dando um cunho de treinamento superficial à formação profissional e tecnológica de jovens e adultos trabalhadores.

A proposta era de integração da política de educação profissional conjuntamente com programas sociais focais de inclusão de jovens e adultos na Educação Básica e Profissional, como por exemplo, a Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e da Inclusão de Jovens (PROJOVEM). Entretanto, as contradições da época de um governo mais popular até os dias atuais fazem parte de um jogo controverso e contraditório. A mudança educacional particularmente ocorre de forma lenta, em que o caráter emancipatório das classes continua subjugado a uma elite conservadora dominante, que visa uma educação fragmentada sem o foco científico e cultural.

2 Material e Métodos

A Pesquisa de Campo, desenvolvida no ano letivo de 2004 na Escola Estadual Heronides Araújo, fundamentou-se na abordagem metodológica qualitativa, com análise interpretativa que, segundo Ludke e André (1986, p.13), envolve obtenção de dados descritivos, através do contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatizando mais o processo que o produto e se preocupando em retratar a perspectiva dos participantes.

Nesta perspectiva, Chizzotti (1998) também destaca que a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito (1998, p.79).

Cotidianamente se sabe que pesquisar algo não é um ato isolado, intermitente, mas uma atitude processual de investigação diante do desconhecido e dos limites que a natureza e a sociedade impõem. Faz parte do processo de informação, como instrumento essencial para a emancipação. A proposta desse estudo foi analisar as práticas pedagógicas decorrentes das Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio e sua articulação com o Ensino Profissionalizante. Ao longo de toda a investigação, a literatura relacionada à temática foi sendo revisada, com a clara intenção de compor um quadro teórico que sustentasse a interpretação da realidade apreendida.

A coleta de dados ocorreu a partir da observação direta, aplicação de questionários com questões objetivas abertas e entrevistas semiestruturadas, realizadas com duas professoras, dois alunos e a gestora da escola. A pesquisa contou com uma análise documental da proposta da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº. 9394/96 e das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, Resolução nº. 15 de 1998 do Conselho Nacional de Educação.

Durante a pesquisa se tornou possível traçar o percurso

metodológico, sistematizando as reflexões originadas nesse processo com a finalidade de descortinar definições sobre o tipo e a característica da pesquisa, o campo de investigação, os sujeitos, o processo de coleta de dados caracterizado pelos instrumentos e pelos procedimentos utilizados para a análise de dados.

3 Resultados e Discussão

3.1 A escola como agente de articulação

A escola exerce papel social importante, tendo em vista se estar diante de uma sociedade genuinamente pedagógica, conforme expressão de Beillerot (1985). A Escola Estadual “Heronides Araújo”, assim como todas as escolas, tornou-se um agente articulador das concepções vigentes na atualidade, acerca de sua reorganização curricular. Começa-se pelo papel social da escola, uma vez que Ferreira (1993, p.21), em seus estudos, assevera que a escola é um dos “principais agentes de socialização contemporâneos, ao lado da família, a igreja, os meios de comunicação e dos grupos sociais dos quais o indivíduo é integrante profissão, local de trabalho, clubes, atividades comunitárias, lazer, etc.”.

Concorda-se com a autora, quando se evidencia que os agentes de socialização contribuem e facilitam a adaptação dos indivíduos à sociedade. Neste sentido, a escola permite agir segundo os padrões culturais e prevê como se pode comportar em relação aos outros grupos sociais dos quais cotidianamente se faz parte.

A Escola Estadual “Heronides Araújo” divide com os demais agentes a tarefa de formação dos cidadãos quanto à sua posição na sociedade. Sua interação com a cultura (normas, valores, crenças), com a família, a igreja, as atividades comunitárias e os meios de comunicação massivos deve se pautar por uma cooperação, na qual haja uma divisão clara de funções entre cada uma delas.

Tais discussões foram analisadas à luz da literatura especializada de estudiosos sobre o Ensino Médio e das Diretrizes orientativas da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, ancoradas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, Resolução nº. 15 de 1998 do Conselho Nacional de Educação e do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004 (BRASIL, 2004).

Entretanto, a abordagem da pesquisa teve a intenção de facilitar a compreensão adequada de como ocorreu a construção entre a escola e a profissionalização, com ênfase na oferta de um Ensino Médio de qualidade para os jovens de Barra do Garças/MT, na Escola Estadual Heronides Araújo.

O Ensino Médio ocupa lugar de destaque, dentre as modalidades de ensino, quando se considera o conjunto de transformações pelas quais vem passando recentemente o sistema educacional do país. No que se refere à Educação Básica, pode-se dizer que, no Brasil, a primeira metade do século XX assistiu a uma concentração de esforços para

institucionalizar e difundir a etapa inicial de quatro anos do Ensino Fundamental e que, na segunda metade deste mesmo século, tal empenho esteve dirigido à ampliação da oferta de educação obrigatória para oito anos de escolaridade, procurando abranger o universo da população até os 14 anos.

Em consonância com a nova proposta educacional voltada para o Ensino Médio, o currículo foi reorganizado, a fim de construir um padrão de articulação com vista na educação profissional. A proposta focava a criação e desenvolvimento, com a participação da equipe docente e da comunidade, de alternativas institucionais com identidade própria, baseadas na missão de educar o jovem, usando de forma ampla as várias possibilidades de organização pedagógica, espacial e temporal.

Na Escola Estadual “Heronides de Araújo”, em particular, essa articulação ocorreu em parceria com o CEPROTEC, prevista na LDB nº. 9394/96, para formular a nova política de ensino na Instituição, focalizada nessa faixa etária, com vistas à educação profissionalizante.

Segundo o artigo 22 da LDB nº. 9394/96, a Educação Básica tem por finalidade: “Desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

De acordo com as orientações do MEC (BRASIL, 1997), esta última finalidade deve ser desenvolvida de maneira precípua pelo Ensino Médio, uma vez que entre as suas finalidades específicas se incluem: “a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando”, a ser desenvolvida por um currículo, que destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania.

O Parecer da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação nº. 15/98 e a respectiva Resolução nº. 03/98 vêm dar forma às Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio como indicações para um acordo de ações. Para isso, apresenta princípios orientadores de pensamentos e de condutas, bem como princípios pedagógicos, com vistas à construção dos projetos pedagógicos pelos sistemas e instituições de ensino. Nesse sentido, a proposta é que o Ensino Médio seja planejado em consonância com as características sociais, culturais e cognitivas do sujeito humano referencial desta última etapa da Educação Básica: adolescentes, jovens e adultos.

Ferretti (2000) destaca que as reformas educacionais devem ser entendidas como aspectos das políticas sociais, que são resultantes e produtoras de ações político-sociais realizadas, separadas ou articuladamente, pelo Estado e pela sociedade civil, mas implementadas pelo primeiro. Diante das transformações que vêm se operando no capitalismo, em nível mundial, assim como em decorrência de mudanças profundas nos planos social e cultural.

A educação tem sido, segundo Ferretti (2000, p.18):

De um lado, exaltada pelas contribuições que poderia oferecer para a constituição de sociedades mais ricas, mais desenvolvidas, mais igualitárias e mais democráticas e, de outro, especialmente em países como o nosso, profundamente questionada, por não estar em condições de garantir à população em geral o acesso aos bens culturais, sociais e econômicos que poderiam garantir-lhe os benefícios decorrentes de sua pertença a uma sociedade afluyente.

Lopes (2002), que vem acompanhando a reforma do Ensino Médio desde o processo de luta contra o Projeto nº. 1.603 – projeto que acabou sendo publicado na forma do Decreto-lei nº. 2.208/97, estabelece a separação entre formação de nível técnico e de nível médio, que situa o currículo tanto como proposta quanto como prática, sendo proposta e prática inter-relacionadas, produzidas uma em relação à outra.

Toda política curricular é constituída e constitui propostas e práticas curriculares. É um processo de seleção e de produção de saberes, de visões de mundo, de habilidades, de valores, de símbolos e de significados, portanto, de culturas. É também um processo que institui formas de organizar o que é selecionado, tornando-o ensinável (LOPES, 1999).

Nesse sentido, Lopes (1999) afirma que toda política curricular é uma política de constituição do conhecimento escolar, um conhecimento construído para a escola (em ações externas à escola), mas também pela escola (em suas práticas institucionais cotidianas). Ao mesmo tempo, toda política curricular é também uma política cultural, na medida em que é fruto de uma seleção da cultura, é campo de articulação entre o Ensino Médio e a Educação Profissionalizante.

3.2 A Reorganização Curricular na Escola Heronides Araújo em Barra do Garças - LDB nº. 9394/96

A Escola Estadual “Heronides Araújo” tem, hoje, as marcas de sua trajetória histórica no Estado de Mato Grosso. Como qualquer outra escola da rede pública estadual situa-se na região Sul de Barra do Garças/MT, em um espaço geográfico específico, em que se movimentam sujeitos particulares regidos por prescrições estatais.

A escola está localizada próximo aos bairros da cidade: São Benedito, Campinas e São Sebastião, e possui características de periferia, embora alguns bairros tenham asfalto e água encanada, muitos não possuem rede de esgoto e condições de infraestrutura básica. Além de atender alunos dos bairros, recebe outros oriundos de diversos setores situados em várias partes da cidade e das cidades circunvizinhas, tais como: Aragarças e Pontal do Araguaia.

Até 1997, a Escola Estadual “Heronides Araújo” funcionava com o ensino regular e o currículo comum. No ano de 1998, com base na Lei nº. 9394/96, artigo 24, inciso V, em anexo, a escola implantou o Programa de Aceleração para atender alunos que se encontravam em idade inadequada à série. O Programa teve início, no turno noturno, com duas quintas séries. Como os resultados foram satisfatórios, a escola decidiu ampliar no ano seguinte para todas as séries do

noturno. Além desse Programa, a escola também implantou o sistema de blocos no Ensino Fundamental do II Ciclo e no 2º Grau. Essa proposta teve a finalidade de diminuir a fragmentação da carga horária, em relação às disciplinas.

Em relação ao Programa de Aceleração, iniciado em 1997, com algumas séries do período noturno, nesse ano foram estendidos para o turno vespertino, com a implantação de uma Classe de Aceleração III, formada por alunos originados da 3ª série com destino à 5ª série. Essa turma foi o objeto de estudo prático neste trabalho. A Escola “Heronides Araújo” implantou o Programa acreditando na possibilidade do aluno superar a defasagem idade/série, aumentando, com isso, suas condições de acesso e de permanência na escola.

Em virtude das elevadas taxas de repetência no Ensino Fundamental, embora este quadro esteja se revertendo, os jovens chegavam ao Ensino Médio com idade mais avançada. Também há um grande número de adultos que retornam à escola vários anos depois de concluírem o Ensino Fundamental. Por causa desses dois fatores, o Ensino Médio atende majoritariamente jovens e adultos com idade acima da prevista para este nível de ensino, devendo-se supor que já estejam inseridos no mercado de trabalho.

A partir desses pressupostos, o governo criou estratégias para o Ensino Médio. O Ministério da Educação, órgão responsável pela definição das políticas educacionais para o país adotou, através da Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC, visando melhorar a qualidade do Ensino Médio. O foco está no desenvolvimento de projetos juvenis com vistas ao enfrentamento do problema da violência nas escolas, além da integração e articulação entre Ensino Médio e Educação Profissional, entre outros.

Neste contexto, a Escola Estadual “Heronides de Araújo” apresentou uma proposta de reorganização curricular com o intuito de se tornar um polo de Ensino Médio, e um agente articulador entre esta modalidade de ensino e a modalidade de Ensino Profissional na perspectiva de atender os jovens e adultos de Barra do Garças/MT.

Nosso objetivo não é indicar caminhos para que se possa fazer uma boa reforma, no caso a articulação, até porque não se tem certeza que essa venha ao encontro das preocupações dos professores e dos anseios dos jovens das classes populares, que buscam uma maior qualificação para a disputa dos escassos empregos existentes. Como esclarece Ribeiro (2002, p.10):

Leis e reformas não são naturais; o espaço onde se concretizam não é nem vazio nem preenchido por figuras estáticas sobre as quais recaem tais leis e reformas. A sociedade, no caso, capitalista, é constituída de classes em relações contraditórias, de modo que é a força de um dos lados ou o equilíbrio de forças entre os dois lados quem define os projetos vencedores e, na atual situação, com a fragilidade das organizações representativas dos trabalhadores, os projetos populares têm sido continuamente vencidos).

A finalidade, portanto, com esse trabalho, foi aprofundar a discussão sobre as reformas que separam o Ensino Médio

e a Educação Profissional e tentar entender a implementação proposta pelo governo, da articulação entre as referidas modalidades em 2004. Pretende-se, também, entender as conexões estabelecidas entre os fundamentos proclamados e os formatos impostos para o Ensino Médio e a Educação Profissional, sob a ótica das relações de hegemonia.

Embora os discursos feitos estejam baseados em autores clássicos e contemporâneos, ainda sobressai a arrogância e a prepotência das proposições pretensamente universais das reformas. Leis e decretos são assinados quase que simultaneamente com as audiências públicas em que professores e estudantes travam um diálogo com surdos, mas com suas presenças, em tais audiências, conferem uma aparência de democracia a essas leis e decretos.

Nas palavras de Ribeiro (2002, p. 12): “o mais grave de tudo isso é a responsabilização que recai sobre os professores ao assumirem as diretrizes curriculares e a organização dos cursos básicos, dos módulos, das competências em suas escolas”. Ao aferir autonomia às escolas repassando-lhes recursos para estabelecer a parceria com as empresas, o MEC tanto se sai da obrigação com a educação identificada como “pós-obrigatória” (BRASIL, 1999, p. 64), quanto culpa os professores pela frustração das reformas. Para a autora:

As mudanças científico-tecnológicas que reorganizam os processos produtivos estão dadas; o Ensino Médio e a Educação Profissional estão regulamentados; os padrões, as diretrizes curriculares e as metodologias já estão mastigados; os resultados estão sendo avaliados pelos exames nacionais feitos pelo MEC, que assim controla a qualidade dos cursos. Porém, se o indivíduo deve ser preparado para ser autônomo e competitivo e se acima dizíamos que o MEC confere autonomia às escolas, onde fica tal autonomia, quando o pacote e o controle sobre a sua aplicação já estão prontos e determinados de fora da escola? (RIBEIRO 2002, p. 20).

Ribeiro (2002) afirma também que é preciso desvelar esse sentido de autonomia como aquele que desresponsabiliza o Estado com a sustentação da escola pública e transfere para esta escola, a tarefa de ir buscar no mercado, através de discutíveis “parcerias” com as empresas privadas, os recursos necessários para o seu funcionamento dentro das regras fechadas e impostas pelo MEC, e acrescenta: apesar de tudo isso, são os professores que, ao transporem todo esse arcabouço lógico economicista e idealista para suas práticas, serão responsabilizados por garantir as condições tão propaladas ou de “empregabilidade”.

À escola compete a submissão a uma composição educacional que lhe é estabelecida e, dela, a despeito de nada definir, será cobrado o sucesso e atribuído o fracasso, “pois, como diz o Ministro da Educação, é o professor e não o aluno o principal responsável pelo sucesso ou insucesso escolar” (SOUZA, 1999, p.114).

Diante dessas e outras questões se foi à escola campo para entrevistar a diretora e 02 professoras 02 alunos, com as seguintes perguntas: É possível uma articulação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional? Como a escola e os professores irão trabalhar com os desafios propostos na Reforma do Ensino Médio? Como a escola irá lidar com essa nova realidade?

A primeira entrevistada foi desenvolvida com a gestora Crisodi Bento de Resende³. A visão ela tinha sobre a articulação ultrapassava o limite da opinião pessoal em virtude de ter ido aos Estados Unidos para uma capacitação sobre a educação profissional. A intenção era conhecer o funcionamento das escolas de lá, já que o CEPROTEC⁴ tem como referência o modelo deste País. A diretora acreditou na proposta⁵ e implementou a nova matriz acrescentando 400 horas ao Ensino Médio. Essas horas foram destinadas às aulas no laboratório de informática da Escola Profissional, ministradas no prédio da escola profissional.

Para Crisodi, era de suma importância a parceria, já que a educação precisa preparar os estudantes para o mundo do trabalho. Para as professoras, o projeto é muito bom, porque os alunos que ingressam no Ensino Médio precisam de respostas imediatas, pois querem entrar no Ensino Superior e precisam trabalhar para manter seus estudos. Isso indica que a articulação entre as duas modalidades de ensino é mais que necessária, é urgente.

No estágio de vida em que os jovens se encontram, a formação para o mercado de trabalho é importante. Essa formação deve ter atributos que mais avizinham do que distanciam a formação de base e a profissional, tais como: competência, eficácia, preparação para ocupar postos de trabalho temporários.

Os alunos entrevistados acreditavam que a reforma do Ensino Médio teria um impacto positivo para o ingresso no mercado de trabalho, como técnico em informática, no caso. Todos se mostravam estimulados, embora colocassem o aumento da carga horária como ponto negativo, já que a maioria trabalhava em serviços pesados. Mesmo assim, grande parte se engajou no projeto, embora tenha havido muita desistência, o que é “comum” no Ensino Médio noturno. O eixo da reforma foi assentado sobre o respeito às instituições envolvidas, entendendo que estas foram aparentemente respeitadas (Escola Heronides Araújo/CEPROTEC/MT).

Porém, no ano de 2001, a escola cedeu parte do espaço físico para a construção do CEPROTEC. Na época, ficou acordada a construção de uma quadra coberta em troca da cedência do terreno. A promessa não se cumpriu, foi construído apenas um piso contendo duas traves para os alunos jogarem futebol. Durante dois anos surgiram fortes indícios de que

3 Diretora da Escola Heronides Araújo (2002 a 2004) e ex-diretora do CEPROTEC (2000 a 2002).

4 A construção do prédio foi financiada pelo Banco Mundial.

5 Reforma do Ensino Médio à luz das diretrizes para o Ensino Médio contidas na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – 9394/96 de 20 de dezembro de 1996 e das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, Resolução n. 15 de agosto de 1998 do Conselho Nacional de Educação.

iam solicitar o prédio da escola para funcionar o Centro de Formação de Professores- CEFAPRO. No entanto, professores e a comunidade local se mobilizaram e a escola se manteve no bairro. As cobranças pela quadra coberta foram intensificadas, mas não houve a resposta esperada pela comunidade escolar.

Como meio de reparação, o então subsecretário de Educação, Professor Dr. Antônio Máximo⁶, visitou a escola e propôs a articulação entre as duas modalidades de ensino. Um dos motivos, dentre outros, para a escolha da escola ocorreu em virtude das duas instituições ocuparem o mesmo espaço físico. A intenção era que a escola fosse o berço do projeto piloto⁷, o qual estava fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, Resolução nº. 15 de 1998 do Conselho Nacional de Educação implantado na cidade de Barra do Garças/MT. A articulação proposta teve amparo no Decreto nº. 5.154, de 23 de julho de 2004, baseado em seu § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da referida Lei.

O projeto foi implantado e a SEDUC⁸, representada pelo subsecretário de Educação Professor Dr. Antônio Máximo, apoiou o projeto, ciente que o mesmo estava em consonância com a Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nessas diretrizes estão regulamentadas a base curricular e a organização do Ensino Médio no âmbito nacional.

Ao que tudo indica, a tarefa é continuar estimulando a reformulação curricular do Ensino Médio, em uma direção que incorpore a rica diversidade de escolas que o país abriga. Para além das especificidades regionais, é o diálogo com essa realidade que precisa ser incentivado.

3.3 Discussão

Este estudo permitiu analisar a proposta de reforma do Ensino Médio à luz das Diretrizes para o Ensino Médio contidas na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº. 9394/96 e das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio em consonância com o Conselho Nacional de Educação. É importante salientar que toda mudança não é um processo simples de ser interpretado, pois são muitas as possibilidades para compreendê-lo e outras tantas para não compreendê-lo de forma alguma.

Nesta perspectiva, a Escola Estadual “Heronides Araújo” em 2004 enfrentou o desafio de integrar com clareza sua função social e política. O Ensino Médio no Brasil desde essa época adquiriu uma importância bastante diferente daquela que o caracterizou durante várias décadas, isto é, de preparação para o vestibular. Com efeito, o aparecimento de novas perspectivas de qualificação profissional voltadas para

as exigências cada vez mais globais do mercado de trabalho é um fenômeno recente que não chega ser surpreendente, muito embora relativamente pouco estudado quando se trata da caracterização e do perfil do trabalhador de nível médio que se quer formar.

Compreender como e por que tais perspectivas de qualificação profissional podem levar o estudante a querer permanecer na escola é tão essencial quanto estratégico. Afinal, por mais que os seus modelos pedagógicos permaneçam defasados, continua-se ainda acreditando na escola como a única instituição social capaz de promover uma verdadeira mudança, notadamente de valores e de mentalidades.

O aluno que hoje permanece na escola espera não só concluir uma formação que o qualifique profissionalmente para o mercado, mas também almeja, na maioria dos casos, desenvolver-se potencialmente enquanto ser humano. O que não significa, de forma nenhuma, reduzir o processo de ensino-aprendizagem a uma estreita e compartimentada visão disciplinar dos conteúdos.

Ao contrário, no Ensino Médio é preciso que sejam consideradas, entendidas e trabalhadas as diversas dimensões da formação humana, incluindo aí os aspectos cognitivos, éticos, culturais e sociopolíticos do processo de construção do sujeito referencial da educação. Nesse ponto, na reorganização curricular da Escola Estadual “Heronides Araújo” sublinha-se a interdisciplinaridade como eixo metodológico para acolher a proposta de articulação entre o Ensino Médio e o Ensino Profissionalizante.

4 Conclusão

O ponto de partida para a reflexão foi uma reunião com o Subsecretário de Educação do Estado de Mato Grosso Professor Doutor Máximo, durante visita à Escola Heronides Araújo, na qual se trabalha, para propor uma articulação entre o Ensino Médio e Educação Profissional, oferecida pelo CEPROTEC/MT.

Após decidir estudar o assunto, preocupou-se em situar o processo de reorganização em um contexto que contemplasse a discussão sobre a reforma do Ensino Médio e o impacto que esta reforma terá na vida dos jovens de Barra do Garças. O eixo da reforma foi assentado sobre o respeito às instituições envolvidas, entendendo que estas foram aparentemente respeitadas (Escola Heronides Araújo/CEPROTEC/MT).

No entanto, é preciso lembrar que a proposta de articulação é um projeto do governo. Nesse sentido, há um problema de concepção, quando se discute um projeto de governo e de sociedade porque, às vezes, o projeto se ajusta

6 Antonio Carlos Máximo - Possui graduação em Filosofia - FAISP (1980), Mestrado em Educação: História e Filosofia da Educação, PUC/SP (1987), Doutorado em Educação, USP/SP (1997), e Pós-Doutorado em Educação, USP/SP.

Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/4408792/antonio-carlos-maximo>

7 O Projeto Piloto visava estimular o Ensino Médio integrado à educação profissional, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional, considerando a realidade concreta no contexto dos arranjos produtivos e das vocações sociais, culturais e econômicas locais e regionais. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf

8 Secretaria de Estado de Educação

individualmente e não se estrutura em um conjunto de metas estabelecidas coletivamente.

Dessa forma, sabedores que a reforma é necessária. O Ensino Médio no Brasil vem, nos últimos tempos, adquirindo uma importância bastante diferente daquela que o caracterizou durante várias décadas, isto é, de preparação para o vestibular. Com efeito, o aparecimento de novas perspectivas de qualificação profissional voltadas para as exigências cada vez mais globais do mercado de trabalho é um fenômeno recente, que não chega a ser surpreendente, muito embora relativamente pouco estudado, quando se trata da caracterização e do perfil do trabalhador de nível médio que se quer formar.

Ora, compreender como e por que tais perspectivas de qualificação profissional podem levar o estudante a querer permanecer na escola é tão essencial quanto estratégico. Afinal, por mais que os seus modelos pedagógicos permaneçam defasados, continua-se ainda acreditando na escola como a única instituição social capaz de promover uma verdadeira mudança, notadamente de valores e de mentalidades. Vale lembrar que um dos aspectos cruciais da implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/96) era o de levar a escola a repensar o seu Projeto Político-Pedagógico. À luz das alterações políticas, sociais, culturais e econômicas pelas quais passa o mundo atual, os professores deveriam refletir, discutir e sugerir novos padrões para o conjunto de métodos educativos, que regulam seus atos em sala de aula.

De acordo com os objetivos formulados, é responsabilidade da escola formar a pessoa humana, os objetivos são pensados na formação da pessoa humana – um indivíduo intelectualmente autônomo e crítico – pois possuem contornos diferenciados, tanto no que concerne ao papel do professor quanto em relação ao próprio aluno. Enquanto para o professor é significativa, *grosso modo*, a noção de responsabilidade social do educador, pautada em valores éticos, morais e culturais que guiam as suas ações, para o aluno o mais importante é a sua inserção em um sistema educativo, que lhe permita ter acesso ao mercado de trabalho e/ou ao Ensino Superior, do mesmo modo que lhe assegure uma cidadania plena. Esta diferenciação, entretanto, não pode ser pensada como o único fator político-ideológico determinante das relações sociais, que norteiam a construção de práticas educativas na sociedade.

Afinal, o aluno que hoje permanece na escola espera não só concluir uma formação que o qualifique profissionalmente para o mercado, mas também almeja, na maioria dos casos, desenvolver-se potencialmente enquanto ser humano. O que não significa, de forma nenhuma, reduzir o processo de ensino-aprendizagem a uma estreita e compartimentada visão disciplinar dos conteúdos. Ao contrário, no Ensino Médio é preciso que sejam consideradas, entendidas e trabalhadas as diversas dimensões da formação humana, incluindo aí os aspectos cognitivos, éticos, culturais e sociopolíticos do processo de construção do sujeito referencial da educação.

A reorganização curricular da Escola Heronides Araújo sublinha-se a interdisciplinaridade como eixo metodológico para acolher a proposta de articulação.

Ao que tudo indica, porém, cabe estimular a reformulação curricular em uma direção que incorpore a rica diversidade de escolas que o país abriga. Para além das especificidades regionais, é o diálogo com essa realidade que precisa ser incentivado.

Entende-se que para enfrentar desafios, a escola precisa ter clareza da sua função social e política. A valorização do trabalho docente é a base e a força de todo projeto que aqui se delineia, sem ela não há espaço para a implementação de ações necessárias à transformação social, nem ambiente para as discussões políticas que se impõem.

Referências

- ANDRÉ, M.D.A.; LÜDKE, M. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- BEILLEROT, J. *A sociedade pedagógica*. Porto: Rés, 1995.
- BRASIL. Decreto nº. 5 154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o parágrafo 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/images/decretos/Decreto_5154-2004.pdf. Acesso em: 20 mar. 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Ensino médio: construção política: síntese das salas temáticas. Brasília: MEC, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros curriculares nacionais - ensino médio. Brasília: MEC, 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CIAVATTA, M. Formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005. p.83-105.
- CHIZZOTTI, A. *Pesquisas em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1998.
- FERREIRA, N.T. *Cidadania: uma questão para a educação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- FERRETTI, C.J. Mudanças em sistemas estaduais de ensino em face das reformas no ensino médio e no ensino técnico. *Educ. Soc.*, v. 21, n. 70, p. 80-99, abr. 2000.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. *Educ. Soc.*, v.26, n.92, p.1087-1113, 2005.
- KUENZER, A.Z. *Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2002.
- LOPES, A.C. *Currículos: debates contemporâneos*. São Paulo: Cortez, 2002.
- LOPES, A.C. *Conhecimento escolar: ciência e cotidiano*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- RAMOS, M. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São

Paulo: Cortez, 2005. p.106-127.

RIBEIRO, M. Ensino médio e educação profissional sob relações de hegemonia: terreno perdido ou construção de novas relações? *Rev. Educ.*, v.27, n.1, p.9-22. 2002.

SOUZA, D.T. Entendendo um pouco mais sobre sucesso (e fracasso) escolar: ou sobre os acordos de trabalho entre professores e alunos. In: AQUINO, J.G. *Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1999. p.115-129.